

Formação do povo brasileiro e da nação, seu agonístico caráter nacional – alguns balizamentos

EDUARDO DIATAHY B. DE MENEZES*

Neste dia, a horas de véspera, houvemos vista de terra! Primeiramente dum grande monte, mui alto e redondo; e doutras serras mais baixas ao sul dele; e de terra chã, com grandes arvoredos: ao monte alto o capitão pôs nome - o Monte Pascoal e à terra - a Terra da Vera Cruz. (...) Esta terra, Senhor, me parece que da ponta que mais contra o sul vimos até outra ponta que contra o norte vem, de que nós deste porto houvemos vista, será tamanha que haverá nela bem vinte ou vinte cinco léguas por costa. (...) Pelo sertão nos pareceu, vista do mar, muito grande, porque, a estender olhos, não podíamos ver senão terra com arvoredos, que nos parecia muito longa.

Pero Vaz de CAMINHA (1500)

Enfim, esta terra parece já um novo Portugal.

Fernão CARDIM (1585)

O Estado do Brasil, Províncias de Santa Cruz, é a parte oriental do Peru povoada na costa do mar Etiópico, e repartida em partes a que chamam capitánias, que em tal forma foram servidos os passados reis de Portugal de as encarregar, com largas doações, a certos donatários. Corre a costa de seu distrito desde o rio Mearim ou Maranhão até a boca do rio da Prata ou Paraná, como na Carta Geral se mostra.

LIVRO QUE DÁ REZAÃO DO ESTADO DO BRASIL (1612)

Ora, uma organização coletiva da indústria é tão irrealizável... A falta de consumidor aparece à inspeção da população. A classe baixa tinha necessidades muito simples que podiam ser satisfeitas sem que a indústria se organizasse separadamente, isto é, sem que se aperfei-

* Sócio efetivo do Instituto do Ceará.

çoasse, pois, ...divisão de trabalho e aperfeiçoamento são dois termos extensivos. Quanto à classe superior, era dominada pela *emoção de inferioridade a Portugal* e considerava suspeito todo o produto brasileiro que não fosse metal, fumo, açúcar e café. Havia pessoas que mandavam afiar as navalhas na Europa. Para estas, mesmo se as nossas manufaturas produzissem objetos superiores em qualidade e barateza aos que vinham de além-mar, estes seriam preferidos.

João Capistrano de ABREU
«O caráter nacional e as origens do povo brasileiro»
(O Globo, Rio, 1876)

Há uma única economia possível e superior aos nossos cálculos para compor um todo perfeito de partes tão antagônicas. (...) As formas superiores da sociedade devem ser como um contorno congênito a ela e dela inseparável: emergem continuamente das suas necessidades específicas e jamais das escolhas caprichosas. Há, porém, um demônio perverso e pretensioso, que se ocupa em obscurecer aos nossos olhos estas verdades singelas. Inspirados por ele, os homens se vêem diversos do que são e criam novas preferências e repugnâncias. É raro que sejam das boas.

Sérgio Buarque de HOLLANDA,
Raízes do Brasil (1936)

Somos, por tudo isso, uma República Mestiça, étnica e culturalmente; não somos europeus nem “latino-americanos”; fomos tupinizados, africanizados, orientalizados e ocidentalizados. A síntese de tantas antíteses é o produto singular e original que é o Brasil atual.

José Honório RODRIGUES,
Brasil e África (1982)

1 Preliminares

Aceitar a proposta desta exposição tal como vinha sugerida no título da segunda versão deste texto seria, no mínimo, despuddorada pretensão de minha parte¹. Não teria muito ânimo para tanto, ainda menos no espaço reduzido de um ensaio que se quer curto. Por outro lado, ocorre-me de imediato a frase emblemática com que Lezama Lima inicia o enorme cometimento de decifrar a significação histórico-cultural das Américas: «Somente o difícil é estimulante; somente a resistência que nos desafia é capaz de assestar, suscitar e manter nossa potência de conhecimento...» (*La Expresión Americana*). Assim, aceito parcialmente a tarefa e passo desde logo a definir as minhas inevitáveis preferências teóricas e os limites do meu próprio itinerário nesta problemática sem final visível.

Se Shakespeare pôde dizer, no *Hamlet*, que há mais coisas entre o céu e a terra do que suspeita nossa vã filosofia, penso que poderei parodiá-lo, atualizando-o, para asseverar que há mais coisas entre a superestrutura e a infraestrutura do que pretende explicar nossa vã sociologia. Pessoalmente, desconfio dessa epistemologia de inspiração positivista que encara os fatos de consciência como reflexo de forças e relações produtivas. Inverter os termos do suposto paradigma hegeliano não altera a lógica da explicação: idealista ou realista, ela permanece mecanicista ou reducionista. Do mesmo modo que reificar a metáfora arquitetônica, proposta por Marx para pensar a realidade social, não representa uma homenagem à razão dialética. Felizmente, as múltiplas mediações, as zonas de sombra e de mistério desbordam as fronteiras de nossos modelos teóricos e perduram como desafio cognitivo.

¹ Esta ressalva nasce do fato de este ensaio, em primeira versão, publicado na *Revista USP* (Nº 12, Dez – Jan – Fev, 1991-1992: 76-93, com o título de «**A Cultura Brasileira “descobre” o Brasil, ou «Que país é este?!» - uma pergunta à cata de resposta.**»), foi republicado, com acréscimos e alterações, com o título de «**Um Itinerário da Formação do Homem Brasileiro, do Descobrimeto à Época Contemporânea**», capítulo introdutório do livro *Perturbador Mundo Novo: história, psicanálise e sociedade contemporânea (1492, 1900, 1992)*, São Paulo: Escuta Editora, 1994, pp. 13-41. Esta versão tinha sido objeto de exposição como Conferência Inaugural do I ENCONTRO BIANUAL DA SOCIEDADE BRASILEIRA DE PSICANÁLISE DE SÃO PAULO: «Perturbador Mundo Novo – História, Psicanálise e Sociedade Contemporânea (1492 – 1900 – 1992)», São Paulo, de 25 a 27 de setembro de 1992. A versão atual, totalmente revista, funde os dois textos originais numa exposição algo diferente, mais ampla e por isso mais rica, segundo creio.

Além disso, já que a lógica formal é excludente e só opera no espaço da racionalidade analítica, em sua abstrata universalidade, penso que a *lógica do real*, vivido e sofrido, existencial e histórico, é aquela implícita à modalidade de consciência capaz de apreender a realidade mutante, não propriamente por meio de categorias conceptuais, mas pela incorporação do jogo sutil e sinuoso dos conflitos, dos contrários, das contradições, como dimensão intrínseca e fundante da textura ôntica do mundo dos homens. São essas intrínsecas divergências da humana aventura que tornam as suas coletividades ou nações radicalmente diferentes das colmeias harmoniosas e recorrentes. Um formigueiro de hoje tende a ser exatamente igual a um formigueiro do pleistoceno inferior. Ao passo que é a **memória** cultural e a **esperança** que constituem o corpo e a alma da História humana. Portanto, se essa outra racionalidade mais abrangente ainda puder ser chamada de lógica, por certo ela não comporta uma axiomática, que esse é o mundo exsangue dos formalismos abstratos; a lógica, cuja silhueta apenas vislumbro aqui, é aquela que se banha no desejo, na paixão, na errância e no claro-escuro do imaginário coletivo, os quais se exprimem nos arranjos simbólicos da *mitopoiesis*. Isso que Lezama Lima designou com diferentes expressões: «**eros relacional**», «**logos poético**» - essa dialética dos sentidos, liame de ciência e arte, é capaz de apanhar o devir ou o *sendo* de uma cultura.

Inúmeras tentativas já foram realizadas em obras que se consagraram como momentos decisivos do pensamento brasileiro, compondo as pedras e a argamassa da arquitetura cognitiva que tenta dar conta do enigma 'Brasil'. Este, como toda nação viva, tem escapado aos ensaios que pretendem subsumi-lo num esquema, numa tipologia, numa definição. Seja porque é próprio de enigmas suplantar as decifrações, seja porque ainda não sedimentou-se o processo que adensa no tempo e na memória coletiva as peculiaridades da construção nacional, abrindo possibilidades para as vias que permitem rastrear o sentido do itinerário do *homem brasílico*.

Constituí quase um lugar-comum tentar equacionar esse problema em termos de 'brasilidade' (noção mais ou menos tautológica: qualidade do que é Brasil), ou dessa expressão mais que problemática, inválida, inadequada e tola, usada mais recentemente de modo insidioso – “**identidade nacional**”. A rigor, 'identidade' só existe nos conceitos abstratos e no plano do pensamento formal da lógica e das matemáticas. Mesmo

aí, a identidade não ultrapassa a tautologia e os limites de validade dos sistemas em apreço. Quando passamos ao domínio do comportamento humano, sobretudo o coletivo, deparamo-nos com um universo axiológico e semiótico que se elabora historicamente em incessante construção e cuja interpretação exige outros instrumentos hermenêuticos variados e até contraditórios ou ambíguos, porque são assim os caminhos da existência social. Eis por que Nietzsche tinha razão ao dizer que «*os conceitos que configuram a significação de **um processo** tendem a esquivar-se à definição, pois só o que não tem história é definível*». Isso posto, podemos afirmar que uma nação comporta, não uma identidade, mas uma **identificação** contrastiva que se reinventa e se reconstrói de modo incessante.

De forma satírica, tal questão foi solucionada por Lamartine Babo, numa marcha, homenagem galhofeira e implícita a José de Alencar, e que fez muito sucesso no Carnaval de 1934, significativamente intitulada ***História do Brasil:***

*«Quem foi que inventou o Brasil?
- Foi seu Cabral... Foi seu Cabral!...
No dia 21 de Abril...
Dois meses depois do Carnaval!*

*Depois...
Cecy amou Pery
Pery beijou Cecy
Ao som...
Ao som do... Guarany!...
Do Guarany ao guaraná...
Surgiu a feijoada,
E mais tarde o Paraty*

*Depois...
Cecy virou Yayá...
Pery virou Yoyô...
De lá,...
Pra cá, **tudo mudou!**
(.....)»*

Como, de ofício, não gozo da mesma liberdade criativa do compositor popular, ensaio aqui a minha alternativa pelo viés que me é próprio.

Num belo estudo sobre Rembrandt, Georg Simmel sublinhava que a arte do retrato desse gênio holandês se distingue das demais do seu tempo, justamente porque ele soube captar, num só instante, todo o curso vital de quem ele pintava, e não, um momento isolado de sua existência². Penso que essa observação pode servir de ponto de partida para desenvolver a ideia segundo a qual uma resposta à indagação a respeito do significado de *homem brasileiro* estaria na capacidade de, como Rembrandt, elaborar um retrato do País que, ao invés de fixar um momento qualquer de seu itinerário vital (um corte sincrônico ou transversal), fosse capaz de capturar num dado instante a configuração longitudinal de sua inteira formação, o fluxo todo de sua história. Pessoalmente, ando à busca dessa via, e não me sinto capaz de produzir tal retrato.

Na verdade, o termo “descobre”, que vinha no título original deste ensaio, aí comparecia por simetria ou por concessão às reflexões, comemorações e revisões acerca do quinto centenário do “**descobri-mento**” do Novo Mundo. Eis por que, ao atribuir-lhe significação dúbia no caso de que me ocuparei aqui, vem ele entre aspas.

Com efeito, *descobrir* significa, mais propriamente, retirar a coberta, a tampa, o véu, ou o que ocultava, velava, escondia algo etc.; mas também pode significar ‘resolver, decifrar, evidenciar, expor, dar a conhecer, tomar consciência’ etc. Demais, *descoberta* ou *descobrimto* constituem atos que dizem respeito àquilo que se descobriu ou encontrou por acaso ou mediante busca, pesquisa, observação, dedução etc. Acontece que, no caso, o ‘**aquilo**’ que está sendo descoberto consiste em algo não inteiramente constituído, algo *in fieri*, algo histórico: portanto, algo a ser antes construído, fabricado, **inventado** e, não, exatamente descoberto. Aliás, ao intervir nas discussões acerca da intencionalidade ou acaso do descobrimento do Brasil, a mestra Carolina Michaëlis de Vasconcelos,

² *Apud* Franklin de OLIVEIRA. *Morte da Memória Nacional*, ed. rev. e ampliada. Rio de Janeiro: Topbooks, 1991.

entre outros estudiosos, tece considerações filológicas sobre termos que, na *Carta de Caminha*, apontam para um *achamento* deliberado. Por outro lado, *inventar* ou *invenção* consiste no agenciamento ou arranjo de componentes de qualquer ordem de modo a produzir a urdidura de algo *material*, empírico, real; ou *simbólico*, teórico, imaginário. Isso remete mais diretamente para as criações e recriações no campo das ciências, das técnicas, das artes ou dos universos simbólicos (mito, fabulação, fantasia, ficção, imaginação, utopia, ideologia, etc.). Assim, seria mais adequado se aquele título dissesse: «A Cultura Brasileira *inventa* o Brasil» - pois é bem de invenção ou de construção que se trata, na perspectiva atual; porque na época dos “descobridores” tratava-se de fato de uma **conquista guerreira**, que era a diplomacia dominante entre reinos da época.

Ora, sequer conseguimos ainda definir precisamente a origem do nome do País nem estabelecer corretamente o patronímico que designaria o seu povo. Aliás, essa indecisão constitui, talvez, o traço mais forte do segmento dominante em quase todos os campos, mas sobretudo em matéria de política e de cultura. Por isso, até hoje, concordamos em chamar de Rio uma baía descoberta num mês de Janeiro.

Or, je trouve, pour revenir à mon propos, qu’il n’y a rien de barbare et de sauvage en cette nation, à ce qu’on m’en a rapporté, sinon que chacun appelle barbarie ce qui n’est pas de son usage; comme de vray il semble que nous n’avons autre mire de la verité et de la raison que l’exemple et idée des opinions et usances du país où nous sommes. Là est tousjours la parfaite religion, la parfaite police, perfect et accomply usage de toutes choses. (...) jugeans bien de leurs fautes, nous soyons si aveuglez aux nostres. Je pense qu’il y a plus de barbarie à manger un homme vivant qu’à le manger mort, à deschirer, par tourmens et par geénes, un corps encore plein de sentiment, le faire rostir par le menu, le faire mordre et meurtrir aux chiens et aux pourceaux (... et, qui pis est, sous pretexte de pieté et de religion), que de le rostrir et manger apres qu’il est trespassé.

MONTAIGNE

Essais, Bibl.de la Pléiade, Paris: Gallimard, 1958,
Livre I, Chap. XXI, «Des Cannibales», pp.242-8.

Contudo, compartilhamos essa origem ingrata com a Argentina e com outros rebentos do colonialismo europeu (alguns países da África negra, por exemplo). Ainda hoje os nossos manuais de história repetem

o modelo de explicação a que Varnhagen deu a sua chancela no primeiro grande texto de nossa historiografia oficial: «*TERRA DO BRASIL, ou somente BRASIL, foi o nome dado pelos Portugueses à parte mais oriental do novo continente, em virtude de haverem aí encontrado, com abundância, certo lenho, que subministrou ao comércio uma tinta vermelha análoga à que até então, com esse nome, a Europa importava da Ásia.*» É verdade que o cauteloso historiador não afirmou que se tratava de «madeira da cor de brasa», como qualquer criança escolarizada aprendeu em suas cartilhas.

Mas Clio e o Mito percorrem o tempo num conúbio persistente. Assim, a despeito da nota erudita que Capistrano de Abreu acrescentou, desde 1906, a esse texto de Varnhagen, examinando as grafias e acepções do termo, sua antiga presença como ilha na cartografia lendária da Idade Média e na posterior, aliás referendada pelo almirantado britânico; apesar do bem documentado estudo que ao assunto dedicou Gustavo Barroso; além disso, não obstante a polêmica de Sérgio Buarque de Holanda contra a tese do «mito geopolítico» de Jaime Cortesão (que, numa como ironia, reaparece de algum modo, posto que transmutado, em seu *Visão do Paraíso*); sem embargo de seu belo topônimo indígena – *Pindorama* – e dos bons sentimentos cristãos que presidiram à escolha do nome que fez Cabral ou do desígnio coletivo expresso pelo Poeta, em 1572: «De **Santa Cruz** o nome lhe poreis» (*Os Lusíadas*, X, 140); enfim, a despeito dessas e de outras circunstâncias, prevaleceu sintomaticamente a designação proveniente da expropriação colonizadora, de modo que ela surge já num documento como *A Nova Gazeta do Brasil*, de 1515³. Portanto, entre a **Fé** e o **Império**, o predomínio foi deste.

BRASIL, or BRAZIL, a large maritime country of South America, lying between 35° and 60° W. lon. and between the equator and 35° S. lat.

³ Cf.: Francisco Adolfo de VARNHAGEN. *História Geral do Brasil*. Antes de sua separação e independência de Portugal. 4ª ed. integral, 5 vols. Revisão e notas de Rodolfo Garcia e Capistrano de Abreu. São Paulo: Melhoramentos, 1948, v. 1º, p. 11. [A referida *Nota* de Capistrano de Abreu acha-se: pp. 20-21]. Gustavo BARROSO. *O Brasil na Lenda e na Cartografia Antiga*. Brasileira - 191. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1941. Relato sumário da polêmica com Jaime Cortesão é dado na Introdução de Sérgio Buarque de HOLANDA, em seu livro *Tentativas de Mitologia*. São Paulo: Perspectiva, 1979.

It is bounded by the Atlantic ocean and the river Amazon on the north, by the same ocean on the east, by the river of Plate on the south, and by Paraguay on the west; being computed to be 2500 miles in length, and 700 miles in breadth. The Portuguese have now the sole dominion of this extensive country, where, **besides** sugar and tobacco, there are rich mines of gold and diamonds; from whence his Portuguese majesty draws a very considerable revenue.

Encyclopaedia Britannica (1771)

Parece ainda mais significativa a ironia com que nos apresentou a nossa história em relação ao termo que nos nomeia como povo. Estranhamente, não se trata de um adjetivo pátrio, à diferença do que ocorre noutras línguas que não nos chamam com tal desprimorosa designação profissional. De fato, o sufixo «**eiro**», que ele porta, designa na verdade o sujeito que exerce um ofício conhecido. Portanto, em bom português, **ser brasileiro** é como ser pedreiro, porteiro, sapateiro, bodegueiro: um meio de vida. E até concordaremos que isso se dá frequentes vezes entre nós. Nas suas origens coloniais, *brasileiros* eram os **marinheiros**, como eram chamados os portugueses que vinham «*fazer o Brasil*», explorar a madeira e os produtos da terra, enriquecer e retornar para a metrópole: «*Vá degradado para o Brasil, donde tornará rico e honrado*», dizia em 1627 Frei Vicente do Salvador, nosso primeiro historidador⁴.

Il faut l'avouer, la plus grande partie de ce qu'on appelle *Brésiliens* se compose de sang-mêlé, mulâtres, quarterons cabocles de degrés différents. On en trouve dans toutes les situations sociales. M. le baron de Cotegipe, ministre actuel des Affaires étrangères, est un mulâtre, il y a au Sénat des hommes de cette classe; en un mot qui dit Brésilien, à peu d'exceptions près, dit homme de couleur. Sans entrer dans l'appréciation des qualités physiques ou morales de ces

⁴ Vale assinalar que, em seu típico nacionalismo crítico, Roquette-Pinto foi um dos raros estudiosos brasileiros a combater esse termo. Eis que em sua obra passou a usar o termo *brasiliano*. Todavia, em seu livro de ensaios, de 1927, *Seixos Rolados*, que ainda trazia como subtítulo "Ensaio brasileiro", mantinha a posição tradicional e geral. Não obstante, a partir de certo momento, só escreverá *brasiliano* e rejeitará com veemência o termo *brasileiro*, por falso e inadequado. Vale sublinhar ainda que, a despeito do cavalo de batalha que fazia quanto ao uso de *brasiliano*, o emprego desse termo já havia sido suscitado muito antes por Hipólito José da Costa, em seu *Correio Braziliense ou Armazém Literário* (Londres, 1808-1923), utilizando o mesmo argumento contra o termo *brasileiro*.

variétés, il est impossibles de méconnaître qu'elles ne sont ni laborieuses, ni actives, ni fécondes. Les familles métisses se détruisent si vite que certaines catégories de mélanges existant il y a vingt ans à peine ne se retrouvent plus...

Comte de GOBINEAU
Question de l'esclavage au Brésil (1869)

Portugal preservou o termo e o estendeu aos que aqui permaneceram e aos seus descendentes⁵. Aceitamos essa impostura passivamente. E permanecemos *brasileiros* até hoje. Parece indubitável que isso não se deu sem graves consequências em nosso inconsciente coletivo. Analogamente a outras profissões, *brasileiro* é assim aquele que vive de explorar o Brasil e a sua gente. Essa generalização parece eticamente espúria. Mas podemos reservá-la como injúria para aquela minoria de donos do poder que efetivamente exercem o ofício habitual de explorar os demais, isto é, a imensa maioria do País. Para esta, imaginemos verdadeiro adjetivo pátrio, que bem poderia ser *brasilienses*, ou *brasileses*; ou, então, numa desforra histórica, mas com duplo efeito numa única decisão, readjetivaríamos o velho termo mercantilista que marcou o País, e suas maiorias exploradas seriam ditas *os brasis*. As coisas ficariam mais claras e mais justas, pois reconheceríamos a existência distinta de «brasileiros» e «brasis». Há que se reconhecer que não vai nisso nenhum nominalismo ou mera querela lexical. Poderíamos mesmo encarar uma revisão radical de nossa história, com capítulos novamente escritos: «Formação e desenvolvimento político dos Brasileiros», «O autoritarismo dos Brasileiros»; ou, então, «Lutas e rebeliões dos Brasis», «Servidão e miséria dos Brasis», «Formação e perspectiva da cultura Brasília, também chamada Brasilica» etc. Chego a fazer a generosa fantasia de que, com a nitidez desses novos horizontes conceituais e com o passar dos anos, muitos dos mais cruéis *brasileiros* de agora passariam a declarar, alto e bom som, que sempre alimentaram, nos seus sentimentos mais nobres e profundos, a certeza de que eram autênticos *brasis*. Dar-se-ia, finalmente, a grande transformação?!

⁵ Conforme diz, mui judiciosamente, Frei Joaquim de SANTA ROSA DE VITERBO: «Ora, os Portugueses que descobriram o Brasil, no [ano] de 1500, deram os nomes às cousas daquele continente, segundo a linguagem da sua pátria...», *ELUCIDÁRIO das Palavras, Termos e Frases* que em Portugal antigamente se usaram e que hoje regularmente se ignoram. Edição crítica por Mário Fiúza. Porto-Lisboa: Livraria Civilização, 1983, 1º vol., p. 329.

2 O Padeiro, sua Geografia existencial e nosso “Caráter Nacional”

Penso que a melhor maneira de examinar esta ingente e inesgotável questão é começar por uma reminiscência pitoresca que me ressurgiu dos refolhos da memória quando li, faz algum tempo, esta curiosa notícia que nossos irreverentes modernistas divulgaram numa seção chamada mui significativamente «**Brasiliana**», do número 2 da *Revista de Antropofagia*:

COMÉRCIO

Telegrama de Fortaleza para a *Folha da Noite* de S. Paulo, n. de 11.2.1928:

«As padarias que se encontravam em greve acabaram com essa situação. Mas prometteram que se forem multadas novamente, por qualquer motivo, mesmo que seja fraude no peso do pão, voltarão a fechar os estabelecimentos.»⁶

Esse primor de atitude malsã ocorria num tempo em que esses estabelecimentos, em Fortaleza, eram predominantemente de lusitanos, como a Padaria **Brasil**, do simpático Siqueira, próxima à casa paterna. Na minha infância, na segunda metade dos anos 1940, a tarefa de comprar o pão consumido pela família era feita segundo um rodízio semanal entre os irmãos. Assim, quando chegava o meu turno, lá ia eu duas vezes ao dia cumprir aquela rotina que se acumulava às obrigações escolares. Acontece que, nas tardes de sábado, o ritmo era quebrado pela pequena multidão que se comprimia junto ao balcão. A natural curiosidade de criança, aguçada pela ocasião, levava-me astutamente a burlar a vigilância e penetrar no setor de fabricação das massas. Então, observava, mexia, indagava. De uma feita, tendo lido o rótulo «Talharim com ovos», nos sacos à espera do macarrão que secava estendido em varas, perguntei ao padeiro encarregado da seção, com alguma desconfiança mas com bastante inocência: – «*Vocês põem, realmente, ovos nesse talharim?!*». E ele me olhou do alto de sua posição de adulto e disse com desprezo:

⁶ *Revista de Antropofagia*, São Paulo, Anno I - Numero 2, junho 1928, p. 8.

«São Paulo, que é São Paulo, não bota ovos nessa porcaria, quanto mais aqui no Brasil!». Obviamente, não ri da hierarquia axiológica de sua geografia, mas aquela foi por certo uma de minhas primeiras experiências desse brasilíco caleidoscópio mental e cultural.

On remarque dans tout cela une tendance constante des couleurs foncées à rapprocher la postérité de la couleur blanche: c'est ce qui donne la clef de beaucoup de choses qui pourraient être pour l'Européen un sujet d'étonnement. Il serait difficile de peindre en traits prononcés et généraux *le caractère national des Brésiliens*; d'autant plus difficile qu'ils commencent à peine à former une nation.

Maurice RUGENDAS
Voyage Pittoresque dans le Brésil (1835)

A questão da brasilidade, como se convencionou chamá-la, tem preocupado permanentemente a *inteligência* do País, pelo menos desde que certo grau de unidade e de consciência nacionais começou a despontar na Colônia e, sobretudo, a ser proposta como projeto político e intelectual após a Independência. Aliás, todos os povos, ao longo dos tempos, sempre desenvolveram alguma forma de autoconhecimento e de preservação desse estoque de informações vitais – dispositivos materiais e simbólicos da memória coletiva: monumentos, esculturas, túmulos, templos, abrigos, moradias, meios de ação e de circulação; registros diversos: mitos, lendas e contos, epopeias e cantos, ritos e ritmos, saberes e sabores, imaginários. Em sociedades mais complexas e, em particular, nos tempos modernos, os recenseamentos, as reflexões filosóficas, os estudos comparativos, enfim, as ciências sociais e históricas passaram a ocupar um espaço privilegiado na sua produção.

Se dermos crédito à precisão do *Petit Robert*, a expressão «caráter de uma nação» surge em 1751. No Brasil, – onde, segundo sublinhava José Bonifácio de Andrada e Silva, «*a esfera do possível é muito maior que a do real*» –, aí pelos inícios de nossa Independência, um dos primeiros intelectuais a falar em «caráter geral dos Brasileiros» foi talvez o Patriarca, num velho manuscrito, onde esboça um retrato favorável e bem-humorado de nossos patrícios:

«Os brasileiros são entusiastas do bello ideal, amigos da sua liberdade, e mal soffrem perder as regalias que hua vez adquirirão.

Obedientes ao justo, inimigos ao arbitrário. Supportão melhor o roubo, que o vilipêndio: ignorantes por falta de instrução, mas cheios de talento por natureza: de imaginação brilhante, e por isso amigos de novidades que promettem perfeição e ennobrecimento: generozos mas com basofia: capazes de grandes acções, comtanto q. não exijão attenção aturada, e não requeirão trabalho assiduo e monotónico: apaixonados do sexo por clima, vida e educação. Emprehendem muito, acabam pouco. Serão os Athenienses da America, se não forem comprimidos e dezanimados pelo Despotismo.»⁷

Mais de meio século depois, Capistrano de Abreu, jovem de 23 anos de idade – recém-chegado à Corte vindo da província –, porém utilizando métodos mais seguros e um rigor analítico admirável, retoma a expressão «**caráter nacional**» e sua problemática num ensaio de 1876, em que polemiza com Sylvio Romero, demonstrando as «singularidades» e inconsistências dos argumentos deste na matéria. Assim, depois de examinar a influência diferencial de fatores em jogo em nossa formação, depois de mostrar a real e significativa importância das contribuições indígenas e africanas – que Sílvio Romero tenta negar ou considera desprezíveis, mediante argumentos contraditórios e até primários –, e depois de analisar o funcionamento de processos econômico-industriais, morais, estéticos, científicos e governamentais que explicariam o nosso atraso, apoiando-se no léxico sistemático de uma sociologia positivista então vigente, Capistrano de Abreu sugere que esse quadro se resume num sentimento de desdém, num sentimento de superioridade face aos Portugueses, gerado no 7 de Setembro, porém aliado a um sentimento de inferioridade em relação à Europa⁸.

⁷ Transcrevo esse documento a partir de Alberto RANGEL. *No Rolar do Tempo*. (Opiniões e Testemunhos respigados no Archivo do Orsay - Paris). Coleção “Documentos Brasileiros”. Rio de Janeiro: José Olympio, 1937, pp. 13-14. O autor nada diz sobre data e origem do texto, mas informa que ele foi divulgado a 27 de fevereiro de 1918, numa conferência política na cidade de Santos. José Honório Rodrigues afirma que o manuscrito está no Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (Rio de Janeiro). Em ortografia atualizada e com modificações em sua última frase, modificações que me parecem equivocadas, esse texto é republicado em José Bonifácio de ANDRADA E SILVA. *Projetos para o Brasil*. Coleção “Retratos do Brasil”. São Paulo: Companhia das Letras, pp. 183-4.

⁸ Cf.: «O Caráter Nacional e as Origens do Povo Brasileiro», *O Globo*, Rio de Janeiro, 21 de janeiro e 9 de março de 1876. [Republicado em J. Capistrano de ABREU. *Ensaio e Estudos* (Crítica e História), 4ª série. Edição preparada e prefaciada por J. Honório Rodrigues. Rio de Janeiro e Brasília: Civilização Brasileira/INL, 1976, pp. 3-24]. Capistrano tomou esse título do ensaio, de mesmo nome, de Sílvio Romero incluído no seu: *Etnologia Selvagem*, Recife, 1875.

Pinço ainda um exemplo dentro da fortuna dessa noção cujo processo reflexivo se tem mostrado tão oscilante. Exemplo prenhe de significação por seu quadro ideológico, pela época em que ocorre, fecunda de novas interpretações do Brasil, e pela densidade intelectual da personagem nele envolvida. Com efeito, Tristão de Athayde, pseudônimo de Alceu Amoroso Lima, em setembro de 1933, numa conferência proferida no Instituto Histórico e Geográfico da Bahia, examina aquilo que intitula de «Traços da Psicologia do Povo Brasileiro».

Quanto aos traços psíquicos que somados ao tipo físico vêm a formar a matéria humana de uma nacionalidade, já podemos encontrar também no brasileiro, se bem que ainda pouco acentuados e confundidos com certos defeitos de índole.

A doçura do trato, porém, o desinteresse financeiro, a afetividade, a instabilidade, a impulsividade, a bondade de coração, a hospitalidade, a vivacidade de inteligência, o sentido da família, e outros traços análogos já demonstram que há uma alma brasileira. Podemos mesmo dizer que a alma brasileira existe mais concretamente do que o tipo brasileiro. (...) A nação brasileira, portanto, é uma realidade de formação espontânea, cujos imperativos de caráter e de raça não podem ser desconhecidos.

Alceu AMOROSO LIMA

Política, 4ª ed. Rio: Agir, 1956, p. 173.

A despeito de tentar um balanço amplo de nossos supostos «defeitos» e «qualidades», o perfil geral que daí resulta é claramente opulento e risonho - lido na perspectiva do atual cotidiano brasileiro, chega a ser ingênuo ou risível. Entretanto, aquilo que realmente chama a atenção na sua proposta é o fato de o autor, em aparente indiferença a toda produção ensaística e literária do movimento modernista e das reações que este suscitava, retomar as categorias básicas da intervenção de Euclides da Cunha, inovadora para a sua época. Quero referir-me à constelação de conceitos segundo os quais o Brasil era pensado então por nossa tradição letrada: em função de diferenciações espaciais, segundo três eixos fundamentais: (i) «o **Litoral** e o **Sertão**»; (ii) «o **Norte** e o **Sul**»; e (iii) «a **Cidade** e o **Campo**»; e, dentro dessa grade, A. Amoroso Lima procura caracterizar os diversos tipos psicológicos: «o homem do litoral» e «o homem do sertão», «o nortista» e «o homem do sul». Importa ainda assinalar que, em sua atuação de jovem crítico literário, desde 1919-20,

ele operava já com os dois primeiros desses eixos conceituais. Todavia, mais grave impressão nos causa o fato de que essa formulação será literalmente aproveitada, vários anos mais tarde, noutros trabalhos seus, tendo inclusive recebido parecer favorável para publicação nos *Anais do IV Congresso de História Nacional*, em 1949.⁹

* * *

«Caráter nacional», alma do povo, espírito do povo, psicologia do povo, personalidade e cultura, personalidade básica, personalidade modal, caráter social, áreas e complexos culturais, tradições e características nacionais, “identidade” nacional, *êthos* cultural, “identidade” étnica, o nacional-popular etc., tudo isso na perspectiva de dar conta ou explicar os sujeitos de uma cultura ou, no caso, o homem brasileiro, as instituições nacionais, a brasilidade, a «cultura brasileira». A riqueza desse patrimônio lexical é diretamente proporcional à incerteza da construção teórica, que não aponta para uma análise conclusiva. De fato, ainda hoje, «caráter nacional» – que aqui tomo, com algum arbítrio, como gênero ou rubrica – não possui uma significação precisa e delimitada no plano teórico, mas parece ser de longe o mais adequado do ponto de vista etnológico e descritivo, como singularidade ou perfil dominante de um povo e de uma nação.

Quando, no Brasil, a produção de tipo mais ensaístico predominava no campo das Ciências Humanas, a *inteligência* do País era mais intensamente ocupada pela questão do «caráter nacional», da **singularidade** brasileira, nacional e regional – com esses mesmos nomes ou não, pois então se falava mais frequentes vezes em «*psicologia do povo brasileiro*» ou nos seus traços e características. Agora que essas

⁹ Publicado na *Revista do Instituto Histórico e Geográfico da Bahia* nº 60, 1934: 119-239, com o título de «Psicologia do Povo Brasileiro», o texto dessa conferência pronunciada em 9 de setembro de 1933 no referido Instituto, aparece em livro pela primeira vez no seu *Humanismo Pedagógico*, Rio de Janeiro: Stella Editora, 1944, pp. 91-116. É reproduzido em sucessivas edições de sua *Introdução à Literatura Brasileira*, Rio de Janeiro: Agir, 1956, pp. 152-167. Fato curioso merece sublinhado aqui: desde os anos ‘40, no plano de «Obras Completas de Alceu Amoroso Lima», em 35 volumes, sob a responsabilidade editorial da Livraria Agir, aparece mencionado um tomo 30 intitulado “*O Homem Brasileiro* (em preparo)” e a partir do final de 1956 esse título desaparece da lista. [Nota: devo a cópia original dessa conferência a meu saudoso amigo, o historiador José Calasans].

disciplinas, ditas de preferência *Ciências Sociais e Históricas*, criaram tradição acadêmica e ganharam sistematicidade, tal problemática parece ter perdido parte de seu vigor ou interesse, e tendem a ser menos numerosos os estudiosos que dela se ocupam. Ora, o paradigma de ciência cultivado sobretudo no Ocidente inclina-se para a progressiva especialização dos problemas e, portanto, evita as questões excessivamente abrangentes e generalizantes como essa. Eis aí, por certo, uma das razões de sua presença mais rarefeita no panorama atual dos estudos antropológicos, políticos, psicossociais e históricos que tomam o Brasil como fenômeno total.

De ser esta reunión exclusivamente de antropólogos daríamos por descontada una definición de cultura, discutiríamos en una especie de metalenguaje, cumpliendo cabalmente lo señalado por G. Steiner de que gran parte del pensamiento occidental es «...una repetición constante, por medio de alusiones e variantes, de un repertorio establecido de motivos»: un pensamiento *acerca* de pensamientos previos, sin que en la mayoría de los casos las premisas iniciales sean explicitadas. Tal vez el aforismo de Montesquieu sea más cierto de lo que parece a primera vista: «...*autrefois on estimait les hommes; à présent, les livres*». Tampoco las ideas, sino los libros, las mercancías.

Stefano VARESE

«Una Dialéctica Negada: notas sobre la multietnicidad mexicana», in VV.AA.: *En Torno a la Cultura Nacional*, México: Instituto Nacional Indigenista, 1976, p. 137.

De fato, com a institucionalização acadêmica das Ciências Sociais nos anos 1930, desde os estrangeiros que aqui deixaram o fruto de seu labor e formaram as primeiras gerações do novo tipo de pesquisador, os projetos e a tarefa de **redescobrir** o Brasil ou decifrar o seu enigma continuam, porém, por vertentes que variam em grande parte ao sabor dos modismos teóricos imigrantes e em função das conjunturas políticas e econômicas. Situam-se nessa perspectiva vários estudos de perfil mais segmentário ou monográfico, como os esforços de **Sociólogos** e **Cientistas Políticos** que se aplicam, v.g., na pesquisa e na compreensão das origens e do sentido de nosso «*autoritarismo*», sobretudo depois do

Estado Novo e mais ainda após o Golpe de 64.¹⁰ Igualmente na **Antropologia**, tenta-se desvendar, mediante a análise de nossos códigos culturais e de nossos rituais civis, militares e religiosos, aquilo «*que faz o Brasil, Brasil*», para uso doméstico ou «*para inglês ver*».¹¹ Enfim, a **História Social**, território mais fecundo desses estudos nas últimas três ou quatro décadas, mergulha no esclarecimento setorial de aspectos pouco conhecidos ou analisados; enquanto a **Psicologia Social** e a **História das Idéias** empenham-se em demonstrar dimensões e mecanismos ideológicos do «*caráter nacional*» e da «*cultura brasileira*».¹²

Entretanto, nessas elaborações de conjunto, nessas sínteses abrangentes não estaria embutido um impulso triunfalista próprio de situações hegemônicas, uma manifestação não declarada daquele «*paulistismo*» prontamente assinalado e criticado por Mário de Andrade quando de sua afirmação por Sérgio Milliet em 1926 nas páginas da revista «*Terra Roxa e outras terras*»? Como quer que seja, no primeiro desses dois últimos casos mencionados acima, ao recolher determinados autores consagrados para exame da «*ideologia do caráter nacional brasileiro*», o pesquisador introduziu ampla distorção em seu procedimento analítico. Em primeiro lugar, ficaram excluídos inúmeros outros autores e suas obras, tão ou mais relevantes do que os contemplados. Ora, a história da cultura tem mostrado significativos casos de figuras desprezadas ou despercebidas em sua época, mas posteriormente redescobertas e reavaliadas, assim como casos de retumbantes consagrações por contemporâneos, que o tempo reduziu ou apagou. Parece um sábio processo esse esquecimento das gerações sucessivas que borra personalidades e obras que não deixaram

¹⁰ Menciono apenas alguns exemplos: Azevedo AMARAL. *O Estado Autoritário e a Realidade Nacional*. Brasília: Câmara dos Deputados-Edit. Univ. de Brasília, 1981 [1938]; Raymundo FAORO. *Os Donos do Poder*. Formação do Patronato Político Brasileiro. Porto Alegre: Edit. Globo, 1958; R. A. Amaral VIEIRA. *Intervencionismo e Autoritarismo no Brasil*. São Paulo: Difel, 1975; Wanderley Guilherme dos SANTOS. *Poder & Política*. Crônica do autoritarismo brasileiro. Rio de Janeiro: Forense-Universitária, 1976; José Murilo de CARVALHO. *A Construção da Ordem*. A elite política imperial. Rio de Janeiro: Editora Campus, 1980; Simon SCHWARTZMAN. *Bases do Autoritarismo Brasileiro*. Brasília: Editora da Univ. de Brasília; etc..

¹¹ Cf. as duas versões de Roberto da MATTA. *Carnavais, Malandros e Heróis*. Para uma sociologia do dilema brasileiro. Rio de Janeiro: Zahar, 1979 e *O que faz o Brasil, Brasil?* Rio de Janeiro: Rocco, 1986; e Peter FRY. *Para Inglês Ver*. Identidade e política na cultura brasileira. Rio de Janeiro: Zahar, 1982.

¹² Dou exemplos apenas das duas últimas vertentes desses estudos: Dante Moreira LEITE. *O Caráter Nacional Brasileiro*. História de uma ideologia. São Paulo: Pioneira, 1969; e Carlos Guilherme MOTA. *Ideologia da Cultura Brasileira (1933-1974)*. "Ensaio - 30". São Paulo: Ática, 1977.

marcas significativas no caminho dessa construção. Cito um caso exemplar: quem percorre o extenso recenseamento “literário” empreendido por Sylvio Romero em sua *História da Literatura Brasileira* (1888), por certo se espanta com o vasto elenco de autores hoje completamente esquecidos, a não ser dos que, por dever de ofício, escarafuncham os subterrâneos dessa memória. Frequentes vezes a persistência de valores e formas ainda vigentes em períodos que já iniciaram a sua superação como critérios de recepção, ou os modismos diversos que entram como ingredientes dos contraditórios processos de avaliação estética, projetam e consagram supostas figuras criadoras que somem, depois, sem retorno. Em segundo lugar, mas ainda em relação com esse mesmo fato, há que se submeter a um exame mais rigoroso os critérios de consagração, em particular nos seus dispositivos sociais de poder. Quanto ao segundo desses dois estudos, relativo à «*ideologia da cultura brasileira*», acredito que a justa apreciação que lhe faz Alfredo Bosi no prefácio de sua segunda edição é o que de mais lúcido poderia ser dito a seu respeito, em especial se atentarmos para a crucial citação de Vieira com que a ilumina e a encerra.

Seria legítimo indagar ainda qual a validade explicativa desses procedimentos que buscam identificar como “ideológico” o debate ou a reflexão sobre a problemática da brasilidade. Antes de mais nada, esse percurso do pensamento brasileiro é intrinsecamente político e, portanto, não há como sair de seu caráter ideológico. Por outro lado, não existe uma instância – a não ser recaindo na ilusão positivista, onde se paga o preço da falsa moeda – que salve dessa condição o intelectual empenhado em tal projeto: como falar do homem genérico e mais ainda de um homem concreto e particular, sem tomar partido? Além disso, nesse terreno, mais do que talvez noutros campos, nossas análises tendem a configurar uma grande tautologia onde se perpetua o comentário dos comentários e onde nossas observações permitem reencontrar nossas teorias e crenças, ou, na bela e virulenta observação de Proust: «*Les théories et les écoles, comme les microbes et les globules, s'entredévorent et assurent par leur lutte la continuité de la vie*». ¹³ Não era outro o sentido do malicioso reparo de Lévi-Strauss, segundo o qual a Psicanálise em sua degradação

¹³ In *Sodome et Gomorrhe*, citado por Pierre BOURDIEU. *A Economia das Trocas Simbólicas*. São Paulo: Perspectiva, 1974, p. 99.

ritual deixou de ser uma interpretação do Mito de Édipo para se tornar uma variante deste. Como quer que seja, restam, entre outros méritos, a grandeza substantiva do esforço crítico, os seus efeitos pedagógicos, a preservação desse repertório cultural e a periodização dos percursos hesitantes de um pensamento brasileiro.

Em suma, nesse longo e tortuoso processo histórico, quem cometeria a proeza de apontar o momento em que se dá a passagem da *América Portuguesa* para a entidade *Brasil* e que sentido assumiu essa mutação? Tal indagação obsedante está condenada sem dúvida a jamais obter resposta precisa, pelo menos no que concerne à sua primeira parte, que se inscreve no registro do real e das práticas concretas, ou das «*entranhas dos homens sacrificados*» conforme assevera Vieira no mencionado sermão. Quanto à resposta ao segundo membro do questionamento, já estava em elaboração desde antes do ponto de mutação e continua a se propor como desafio dessa “descoberta” que se refaz incessantemente numa dialética entre uma razão arquetetônica e uma razão polêmica, e que, por sua vez, situa-se mais propriamente no plano da consciência ou do «*assento do entendimento*», segundo o mesmo pregador.¹⁴

Quero crer que uma via de superação progressiva dessas dificuldades próprias da segunda parte desse questionamento reside na exploração das diversas **imagens do Brasil**: (a) nas diferentes fases de nossa história; (b) nas diferentes regiões de nosso continente ou arquipélago sociocultural; (c) nos vários olhares forasteiros que nos estudaram ou apreciaram; (d) no pensamento de nossa «ilustração» e nas imagens da prosa de ficção e da poesia, incluindo aí as visões dos ufanistas contumazes e as dos pessimistas mórbidos; (e) nas concepções das elites econômicas e políticas e nas das massas e classes subalternas.

Pretender examinar cada um desses percursos desbordaria de muito os limites e intuítos deste ensaio. Assim, para concluir esta segunda parte, apenas alguns comentários curtos que podem ser pertinentes. Escolho, pois, um ponto que me parece crucial: uma fonte inestimável para a “descoberta” e construção de uma imagem mais justa do Brasil – até hoje não explorada seriamente, segundo me parece –, estaria (1) num estudo sistemático e exaustivo dos olhares estrangeiros sobre diversos aspectos de nossa realidade. Obviamente, isso incluiria não só os viajantes e na-

¹⁴ Cf. Padre Antônio VIEIRA. *Sermões*, vol. I. Porto: Lello & Irmãos, 1959, pp. 209-10.

turalistas que no passado – especialmente no século XIX – devassaram quase todo o nosso território e deixaram análises e observações preciosas sobre a terra, a gente, os costumes e as instituições. Mas também (2) o riquíssimo *corpus* constituído pela correspondência e pelos relatórios que enviavam os agentes diplomáticos de países aqui representados, quase sempre livres de autocomplacência e protegidos das censuras pelo sigilo da função, embora não estivessem isentos de etnocentrismo e de outras modalidades de viés. E ainda, enfim, (3) toda a mais recente elaboração dessas mesmas fontes externas, acrescidas das obras, tematicamente monográficas ou abrangentes, dos «*brasilianistas*» de origem vária que nos têm estudado. É verdade que um Gilberto Freyre foi um dos iniciadores dessa tarefa ao se utilizar amplamente da primeira vertente dessas fontes, porém ele o fez de modo tão arbitrário e desordenado que seus resultados mais significam uma colheita tendenciosa de materiais para ilustrar e reforçar suas próprias e quase sempre boas interpretações. Quanto ao segundo conjunto de fontes acima arroladas, Alberto Rangel, no mesmo período que Gilberto Freyre, realizou a exploração do material relativo ao Brasil, nos arquivos do Ministério *des Affaires Étrangères*, em Paris, trabalho que, embora rico, esclarecedor e pitoresco, padece também de inconsistências por seu andamento fragmentário e quase maledicente. Por sua vez José Honório Rodrigues tanto ensaiou sumário exame da «*imagem do Brasil pelos estrangeiros*» até a primeira década do século XX, quanto realizou o extraordinário esforço preliminar de levantamento de fontes e inventários sobre arquivos estrangeiros concernentes ao Brasil, assim como dos estudos brasileiros feitos por *brazilianists* de várias procedências.¹⁵ Contudo, esses esforços e outros menores ou mais específicos, apenas afloram tal estudo e apontam para a imensa tarefa de recomposição dessas fontes e para o longo e paciente trabalho de análise e interpretação de seus materiais, que só será possível de realizar-se mediante esforço coletivo e apoio institucional de uma política cultural deliberada e ousada. Tarefa incessante e permanente.

¹⁵ O trabalho de Alberto RANGEL aqui referido acha-se no seu livro citado acima, na nota 4. Quanto aos trabalhos de José Honório RODRIGUES encontram-se, respectivamente, em: *Aspirações Nacionais* - Interpretação histórico-política, 2ª ed. revista e atualizada. São Paulo: Fulgor, 1965, p.54-64; *A Pesquisa Histórica no Brasil*, 3ª ed., Brasiliense (grande formato), v. 20. São Paulo: C.E.N., 1978, p. 210-28; e *História Combatente*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1982, p. 54-93.

Se, em seu tempo, Capistrano de Abreu insistia na impossibilidade de se escrever a história do Brasil enquanto não se tivesse feito a história da ação jesuítica em nosso país, tal a importância desse molde na conformação de nossa ontologia como povo e nação, ainda agora perduram enormes lacunas nesses domínios. Amplas zonas de silêncio recobrem o território dos estudos brasileiros: do meu conhecimento, só recentemente começam a surgir **(a)** trabalhos monográficos sobre nossas forças armadas no sentido mais lato do termo; também recente é **(b)** a reavaliação do papel histórico da Igreja e de outras confissões; **(c)** a indigência é enorme de estudos de valor analítico no que tange à maçonaria e a outras sociedades semelhantes; **(d)** são relativamente incipientes os exames sistemáticos das falas parlamentares e dos programas governamentais; **(e)** é quase amazônica a nossa ignorância e injustificável o desdém da inteligência brasileira em relação à chamada América Latina;¹⁶ **(f)** são pobres os nossos estudos comparativos ou transculturais; e **(g)** mais uma longa lista de etc.... Finalmente, a nossa maior e mais grave lacuna talvez se situe na perversa excludência das numerosas populações subalternas cuja voz jamais participa do coral que pretende cantar o Brasil; o «povo» no Brasil, cuja inexistência fora constatada com espanto por um professor francês, contratado pela Escola Politécnica, Louis Couty, nos seus trabalhos *L'Esclavage au Brésil* (Paris, 1881) e *Ébauches sociologiques: le Brésil en 1884*, quando, ainda no final do século XIX, prevalecia uma sociedade de senhores e escravos e onde tudo dependia da única vontade de D. Pedro II; este povo quase nunca protagonista ou sempre admitido como mero figurante do cenário em cujo palco têm sido teatralizados os fastos grandiloquentes de suas elites, como, nos inícios de nossa história, a indiada abertamente pacóvia de *A Primeira Missa*, de Victor Meireles, ou tenuemente visibilizado, mais tarde, no ar «bestializado» do carreiro de *O Grito do Ipiranga*, de Pedro Américo:

¹⁶ Naturalmente, há que se considerar a existência de exceções. Entre elas merece registro o caso da lucidez e antecipação de Manoel BOMFIM: *A América Latina – males de origem*. Rio de Janeiro: Garnier, 1905 [com Advertência assinada de Paris, março de 1903]. Este estudioso, caso raro de intelectual brasileiro da época que não sucumbiu às explicações racistas, analisa nesse ensaio, numa perspectiva histórica, o atraso de nosso continente em consequência da dilação do estatuto colonial, que se exprime sobretudo na persistência das oligarquias e no imperialismo estrangeiro. Todavia, ele não extrai as consequências contidas em sua argumentação e retorna à proposta da ilustração brasileira de que também era herdeiro.

«Em termos de História: desde a implantação da cultura letrada portuguesa no Brasil, ficaram abaixo do *limiar da* escrita quase todos os conteúdos da vida indígena, da vida escrava, da vida sertaneja, da vida artesanal, da vida rústica, da vida proletária, da vida marginal; abaixo do limiar da escrita ficaram as mãos que não puderam contar, no código erudito, a sua própria vida».¹⁷

Ao resumir as tentativas interpretativas empreendidas até então (1965), José Honório Rodrigues insistia em que não bastava uma fórmula simplificadora do tipo: o brasileiro é triste, não é triste, é ou não cordial; a chave não se encontra no índio, nem no negro, pois a mistura dissolvera as culturas; tampouco está no português, de quem nos distanciamos passo a passo desde o primeiro dia (os dois grumetes que fugiram da nau de Cabral para a aventura da «terra nova» simbolizam metonimicamente esse processo de ruptura); não é a fronteira, nem o sertão, nem o litoral; não é o cangaço, nem o alienado euro-afrancesado; não é o pai-de-santo, nem o fanático rural ou urbano, nem o capoeira, nem o coronel; não é o lavrador, nem o senhor de engenho, nem o fazendeiro, o comerciante, o industrial, o banqueiro; não é o medalhão erudito, nem o esnobe, nem o finório ou o malandro, nem o alienado ou caiado - «*porque é tudo isso e mais algo que se tenta exprimir e que exige pesquisa mais ampla e séria*».¹⁸

3 «As Promessas Divinas da Esperança», ou o Sentido Agonístico de nossa construção nacional

Penso que a melhor imagem da elaboração histórica da “cultura brasileira” em seu esforço de decifração desse ente chamado Brasil, – talvez fosse mais correto dizer: em sua tentativa de solucionar a *nossa aporia ôntica* –, reside na incessante e ingente tarefa a que foi condenado o astuto Sísifo, e que constitui, aliás, a característica geral do território da História, conforme assinalou A. Rangel. E o princípio epistemológico de base que subjaz a essa construção nacional foi enunciado com clareza por Pero Vaz de Caminha, em nossa «certidão de batismo», segundo Capistrano definia sua Carta:

¹⁷ Alfredo BOSI: «Um Testemunho do Presente», Prefácio in Carlos Guilherme MOTA. *Ideologia da Cultura Brasileira (1933-1974)*: pontos de partida para uma revisão histórica, 4ª ed. São Paulo: Ática, 1978, p. XVI.

¹⁸ Cf.: *Aspirações Nacionais*, op. cit., p. 20.

«Isso tomávamos nós assim por assim o desejarmos».¹⁹

Somos, provavelmente, o único povo civilizado que se pensa a partir de um grau zero da História. Não conseguimos ver-nos de fato nas nações indígenas que aqui existiam anteriormente à vinda dos europeus. Não conseguimos pensar-nos ou imaginar-nos antes de 1500. Daí para trás, só admitimos um salto por sobre o Atlântico e recorremos a *outro tempo* que vai, no mínimo, até a dinastia de Aviz. Não conhecemos, por exemplo, ao contrário do Peru, da Guatemala ou do México, o orgulho nacional de tradições culturais pré-colombianas. Desse modo, como construto histórico-intelectual, ‘**Brasil**’ é uma noção que se inicia com as caravelas de Cabral, ou de Colombo, como queria Machado de Assis. Não é, pois, por acaso que só muito recentemente os nossos estudos arqueológicos começaram a tornar-se ponderáveis e significativos. E, exceto para os bons especialistas na matéria, as fragmentárias noções de nossa pré-história que divulgam os manuais escolares soam-nos tão estranhas quanto as que dizem respeito aos Sumérios ou aos Etruscos.

Por outro lado, se durante longo tempo fomos um país cuja realidade manifestava-se numa curiosa estratificação histórica, conforme a observação de Pedro Calmon em sua vetusta *História Social do Brasil* – retomada por Roger Bastide no seu *Brasil: Terra de Contrastes* –, segundo a qual o viajante, ao recuar do litoral para o sertão interior, remontava no tempo até as condições socioculturais e econômicas do final do século XVII, é mais que provável que a integração centralizadora desde os anos 1930 e mais intensamente nas últimas quatro décadas (sistema nacional de telecomunicações, internacionalização da economia, progressiva expansão da indústria cultural etc.), aplainando as diferenças e produzindo crescente homogeneização de padrões culturais pela medianização do gosto e dos valores, tenha começado a borrar esse perfil diferenciado, produzindo o delineamento de nova inscrição histórica que apenas se esboça com horizontes ainda incertos. Pálida imagem desse panorama foi captada pelo filme «*Bye, bye, Brasil*», de Cacá Diegues, e claramente reforçada por seu tema musical (de Chico Buarque de Holanda). Contudo, perduram diferenças socioeconômicas abissais; a ponto de o espectro

¹⁹ Cf. Jaime CORTESÃO: *A Carta de Pero Vaz de Caminha*. Col. Clássicos e Contemporâneos. Rio de Janeiro: Livros de Portugal, 1943, p. 207.

de situações estender-se até a «classe Z», segundo Joãozinho Trinta que sabe dessas coisas,²⁰ e mais houvera, acrescento eu, se para tão intensa diferenciação social fosse mais numeroso o nosso alfabeto...

Tais “singularidades” dessa ex-França Antártica, com a aparência de fatos desconexos, não são tão singulares, nem inteiramente incoerentes. Na verdade, pode-se dizer que esses e outros muitos fatos semelhantes constituem efeitos de poder, na produção social do sentido, que, grosso modo, instituem-se sob a forma de matriz de um modelo de racionalidade, com base na subjetividade privada, mas imposta como universal e excludente, e cuja gestação, como estilo cognitivo dominante no Ocidente, vem pelo menos desde o Renascimento, com o reforço do Cristianismo europeu, inclusive como suporte moral de veracidade dos discursos.

É com base nessa gênese que se formula, por exemplo, a visão tradicional, holística e harmoniosa, disso que se convencionou chamar de “**cultura brasileira**”, em particular na sua concepção ilusória de uma síntese das “**três raças**”, em seus acervos específicos e com a dominância da vertente branca europeia. Contudo, mais que falsa ou quimérica, é perversa essa recorrente melopeia, que busca assim ocultar a crueldade de suas raízes históricas. Um só caso basta para ilustrar: transformar o sumiço dos índios em grande atributo da harmonia despreconceituosa das raças – como o faz Plínio Salgado e os «verdes-amarelos» em pleno modernismo –, tomar o *tupi* ou a *anta* como sinais distintivos da síntese positiva das qualidades da alma brasileira constitui, na verdade, o processo discursivo com que se reveste a operação ideológica que busca elidir a brutalidade material do empreendimento colonial e a violência simbólica da catequese, procedimentos ambos que efetivaram esse genocídio em nome da Civilização e do Cristianismo. Além disso, essa proposta que reproduz o silêncio sobre **o negro** tenta livrar do sentimento de culpa que provém da escravidão e dissimular a vergonha que constrange as elites face a verdade de nossas origens.²¹

²⁰ Tanto sabe de nossas coisas que chega a sustentar com toda convicção e fundamento que a única instituição seriamente organizada e britanicamente confiável deste País são «os corretores zoológicos», eufemismo saboroso com que designa os vendedores do Jogo do Bicho.

²¹ Embora não pareça ser este o lugar para examinar os meandros desse discurso, na perversão e na impostura de sua rica semântica, não seria inútil assinalar a espantosa frequência com que o termo “*sangue*” nele comparece, numa como metonímia do retrato do Brasil que se adensa na inversa proporção do seu vazio teórico e interpretativo.

É conhecida a irônica observação de Nietzsche, segundo a qual os donos do poder adoram inventar palavras nas quais terminam por acreditar. E dificilmente encontraremos um termo-chave do léxico moderno que não tenha sido construído às custas de milhares de seres sacrificados, «*ou que não deixe transparecer em seus produtos os traços de destruição de outras organizações étnicas ou simbólicas, – o genocídio se faz alternar por semicídios*». ²² Ora, justamente a *cultura* é uma dessas palavras-fetice, constituinte ideológico da modernidade ocidental que a universaliza discursivamente de modo a tornar a sua acepção social a classe de todos os significados, num procedimento que, simultaneamente, vela a arbitrariedade de sua construção e constringe ou mesmo elimina outras modalidades de arranjos simbólicos e de relacionamento com o real, como de fato se deu com as culturas indígenas originárias e com as culturas negras em sua reposição brasileira. Assim, as variações semânticas desse termo podem ser melhor esclarecidas nas suas relações com a *ideologia*, que enfatiza os efeitos sociais de poder sobre o sentido, finalístico e universalista, em nossa civilização. Como, porém, esse modo de relacionamento com o **sentido** e com o **real** não é inteiramente recoberto pelo campo do **poder**, restam sempre alternativas que podem subverter a interpretação ocidental dominante, abrindo possibilidades para outras regras do jogo humano. Daí que o confronto desses diferentes modos de agenciamento, além de sua problemática específica, pode suscitar o repensar de questões mais amplas que implicam crenças e valores cultuados por essa tradição, tais como a do progresso ilimitado, a da suposta superioridade da História sobre o Mito, ou da Modernidade sobre a Antiguidade e sobre as culturas arcaicas etc. Enfim, esse jogo dos possíveis que não evita o confronto com outras perspectivas e mostra que outras histórias podem ser narradas além daquelas que a ideologia constrói sobre si mesma (como, por exemplo, o padrão do senhor e do escravo que se repõe nas atuais relações de produção ou entre brancos e negros), não só permite vislumbrar alguma forma de paridade entre a

²² Muniz SODRÉ. *A Verdade Seduzida*. Para um conceito de cultura no Brasil. Rio de Janeiro: Codecri, 1983, p. 7. Não apenas esta citação, mas ainda retomo boa parte das reflexões deste tópico numa espécie de contraponto cordial com meu colega e amigo Muniz Sodré, que vem de longa data e se intensifica a partir deste livro inovador e ousado, mas que lamentavelmente parece ter passado meio despercebido na debilidade de nosso mercado intelectual. É, pois, justo que lhe reconheça o mérito.

Arkhé e o *Logos* na existência social de hoje, assim como sublinha com certa intensidade o caráter agonístico do andamento histórico da “descoberta” ou invenção do Brasil pela “cultura brasileira”, sentido que pode e deve ser tomado como um processo de luta ou trabalho que, mediante as diferenças, permite o jogo de oposições no interior do sistema, tanto para produzir as significações quanto para aniquilá-las.

* * *

Embora os produtos literários possuam sua realidade peculiar e se inscrevam antes de tudo na esfera dos valores estéticos, não constituindo assim, primariamente, fatos de conhecimento ou documentos de investigação sociológica e histórica, parece indubitável que, entre os dispositivos coletivos de autoconsciência, a literatura constitui um dos modos mais significativos graças ao qual uma sociedade se exprime e toma ciência de si mesma. Assim, conforme sustentava quem entendia bem da matéria: «*Para apreender a riqueza social em toda sua farta complexidade, precisamos recorrer aos mais variados métodos, mesmo ao método poético, caso seja necessário*». ²³

No Brasil, onde a busca de caracterização da sua singularidade constitui o traço dominante de nossa literatura doutrinária e de nossa literatura ficcional e mesmo da poética, essa função *segunda* parece manifestar-se com mais força, *pelo menos na esfera de nossa tradição letrada e dos segmentos culturais de elite*. Eu arriscaria mesmo a hipótese segundo a qual, mais do que as Ciências Sociais que até hoje, na maior parte de seus resultados, estiveram umbilicalmente atreladas a categorias e doutrinas elaboradas noutros espaços sociais e noutros horizontes mentais, sempre a reboque dos derradeiros modismos teóricos dos países centrais, ²⁴ provavelmente é na literatura e talvez no ensaio

²³ Cf. Roger BASTIDE. «A propósito da Poesia como Método Sociológico», in *Roger Bastide: sociologia*. Col. Grandes Cientistas Sociais - 37. Introd. e Org. de M^a Isaura P. de Queiroz. São Paulo: Ática, 1983, p. 84.

²⁴ Entre 1870 e 1930, seus ciclos de vigência perduravam cerca de duas a três décadas e às vezes mais; atualmente tais ondas imitativas oscilam entre 5 e 10 anos. No início dos anos '40 do século XX, Oswald de ANDRADE registrava já, com ironia, essa aceleração geral no ritmo desses processos miméticos: «A rapidez com que vão se processando os fatos deste século fez do homem um ser onipresente e tumultuário. (...) Tudo se atropela e justapõe. E as proezas outrora hermélicas do surrealismo e do cubismo, são hoje menos complexas e obscuras que a contínua foto-

que encontraremos o nervo e o osso de nossa experiência histórica e a melhor elaboração acerca de nossa ontologia como povo e cultura. Mesmo porque a produção de **cientistas sociais** está bem mais submetida a instâncias de consagração mais restritas e presas à «honra estamental», mais dependente do reconhecimento acadêmico que costuma privilegiar muito mais o pensamento de autores estrangeiros no obrigatório ritual das citações. Por sua vez a **literatura ficcional**, no seu contraponto polissêmico entre as pulsões do desejo e os compromissos com a realidade que reconstrói ou inventa simbolicamente, assim como o **ensaio**, livre das camisas-de-força teórico-conceituais e da obsessiva coerência do paradigma científico, constituem uma matriz mais criativa e uma fonte mais rica da cambiante imagem brasílica. Não haveria, portanto, exagero em afirmar que a melhor semiose de nossa realidade tem sido produzida nos registros de nossa *mitopoiesis*.

Um dos aspectos agonísticos da elaboração de nossa cultura mosaica, que até hoje não conseguiu articular os fragmentos desconexos e estratos conflitantes de que se compõe, reside numa espécie de tragédia que acompanha os seus percursos: seus criadores parecem condenados a gerar «montadoras», a saber, a maioria dos produtos «*made in Brazil*» não passa de um arranjo interno de componentes externos, embora com alguma cor local. Foi assim no passado com as ideias e as criações artísticas; continua a ser assim agora também no que concerne às produções tecnológicas. Seria, pois, uma crônica insuficiência de originalidade? Seriam a dependência e a debilidade culturais que não têm permitido afirmar um perfil nacional ao nosso ser coletivo e às suas manifestações, marcas duradouras que estariam na gênese e no processo de permanente busca de definição ou de identificação com um modelo?

Dependência e debilidade que devem, porém, ser matizadas segundo campos específicos – literatura, teatro, cinema, televisão, música, canto, dança, artes plásticas, arquitetura etc. – pois se apresentam em

montagem processada na cabeça quente do homem cotidiano e normal. Foi isso decerto que fez com que um jovem se reclamasse o prestígio de pertencer à geração de 12 de agosto de 1939, pois que agora era assim: após a geração de 22 que sucedeu a de Machado de Assis, tinha aparecido penosamente a de 30, em seguida a de 35, depois a de 36, a do 1º semestre de 1937, a do 2º, enfim, a dele. E como eu lhe perguntasse que tinham feito essas gerações, respondeu-me: – «Estudado problemas». [*Ponta de Lança*. São Paulo: Martins, 1945, p.59].

graus diversos em cada caso. No conjunto, porém, caberia, a esse propósito, certas indagações: – Não seria esse «*o fardo do [nosso] homem branco*»? – Não seria isso uma espécie de maldição que recai sobre nossas elites e as acompanha em sua errância histórica e em seus contraditórios projetos? – Relativamente à margem da influência dominante das culturas centrais, as nossas classes subalternas e as “minorias” étnicas não teriam elaborado alguns dos produtos mais criativos e originais dos nossos universos simbólicos? – Não consistiria nisso a «consciência infeliz» de nossos intelectuais empenhados que, desde o romantismo até os diferentes modernismos, têm suscitado ou renovado movimentos na tentativa de redefinir a problemática da brasilidade e redesenhar o projeto de construção de uma «cultura nacional»?

Seria por demais fastidioso transcrever aqui a longa lista de citações em abono da tese segundo a qual toda a nossa tradição literária e ilustrada tem sido um incansável esforço de busca para “descobrir” ou inventar o Brasil. Por essa razão, a vertente do pensamento crítico tem sido batizada de «*tradição afortunada*» por um de seus cultores contemporâneos. Além do que, inúmeros trabalhos bem fundamentados já demonstraram-na melhor do que eu seria capaz de fazê-lo nos parcos limites de um ensaio que se quer deliberadamente curto e exploratório. Em resumo e grosso modo, no seu processo narrativo de conjunto, essa elaboração mental do Brasil, operando com uma *linguagem* que se recria aos poucos na sua especificidade brásilica e na tentativa de dar conta de uma *realidade* contextual, inseparável desse modo de expressão peculiar, passa por três grandes ciclos criativos: (I) o *Barroco*, que representa o processo de *apropriação* da nossa realidade e cuja obra-protótipo é a criticamente inovadora produção do poeta baiano Gregório de Matos Guerra (1633-1696), mas que se prolonga em inúmeras obras das outras fases; (II) o *Romantismo*, que constitui o processo de *posse* da realidade e cuja obra-protótipo se exprime no painel intencionalmente desenhado na ficção de José de Alencar (1829-1877); e (III) o *Modernismo*, que realiza o processo de *reflexão* crítica sobre a realidade e cuja obra-síntese é o *Macunaíma* de Mário de Andrade (1893-1945), mas passando pelo romance nordestino das décadas seguintes, e atingindo um ponto de acabamento e transição no *Grande Sertão: Veredas*, de Guimarães Rosa (1908-1967), em paralelo dialético com o *Romance d’A Pedra do Reino e o*

Príncipe do Sangue do Vai-e-Volta, de Ariano Suassuna, que decifra, metafórico e picaresco, o sentido das lutas de nosso povo.²⁵

IF I WERE A BRAZILIAN

In seeking the unity of a society and national culture so complex as that of modern Brazil, I realize that certain things cannot be state scientifically, with full substantiation.

Much of the unity of Brazil comes from just being a Brazilian - feeling and acting like a Brazilian. These implicit, almost intuitive, aspects of a culture are difficult to make explicit and to define, even for the native observer, although they are expressed every day in books, newspapers, and movies, and in the common understandings which the members of a culture share. (...).

I have often daydreamed about what I might do or be if I were a Brazilian. Sometimes I have thought that I would be a revolutionary, attempting to break rapidly and drastically through the lethargy of an archaic class system. Yet, if I were a Brazilian, I would, of course, almost certainly want to be of the upper class. I would not want to be one of the unfortunate 49 percent who cannot read or write, and I would want to be one of the small minority who somehow achieve a university education. I would want to travel abroad to Europe, to the United States, and perhaps even beyond the Iron Curtain to compare my own country and society with that of others...

Charles WAGLEY

An Introduction to Brazil. New York and London: Columbia Univ. Press, 1963, p.267-8.

Após nossa independência política, porém, é inegável que os dois momentos mais significativos dessa espécie de «*mito do eterno retorno*» foram, como se sabe, o romantismo e o movimento modernista. Se o romantismo foi pensado em Paris (1836) por Domingos Magalhães e colegas, com muitos *suspiros poéticos e saudades*, é sobretudo com Alencar que ele se adensa como desenho cultural da brasilidade, pois

²⁵ Tomo esquematicamente essa hipótese do ensaio de Affonso ÁVILA. «Do Barroco ao Modernismo - o desenvolvimento cíclico do projeto literário brasileiro», in Affonso ÁVILA (org.). *O Modernismo*, São Paulo: Perspectiva/Secretaria da Cultura, Ciência e Tecnologia, 1975, p. 29-38. Uma versão alternativa dessa interpretação pode ser vista em Flávio AGUIAR. «Os enredos da cultura brasileira», *Revista do Brasil*, Rio de Janeiro, Ano 2, n. 4 (1985): p. 116-123.

foi este que alargou, com seu obstinado projeto romanesco e teatral, os horizontes da consciência possível de sua época; foi ele que, em sua polêmica com Magalhães, a propósito de *A Confederação dos Tamoios* (poema épico de 1856), percebia que a forma literária do romance correspondia às possibilidades de expressão de uma estética nacional face àquela forma passadista: de um lado, um jovem de 20 anos, ainda desconhecido, a combater com rigor o poema épico, numa série de cartas; do outro, significativamente, encontravam-se Araújo Porto Alegre, Monte Alverne, Alexandre Herculano, Castilho, Pinheiro Guimarães e Dom Pedro II, amigo e patrocinador do autor do poema. Naturalmente, a questão sobre a qual discutiam e que empolgava a inteligência romântica consistia em caracterizar a nacionalidade de nossa literatura, a busca da autoexpressão literária do *jovem país* independente e que poderia dar corpo ao «caráter nacional brasileiro». Esse sentido polêmico, no confronto entre brasilidade e universalidade, perdura e se renova em Alencar contra outros protagonistas: Franklin Távora, José Feliciano de Castilho, Joaquim Nabuco... Até que Machado de Assis, lúcido e privilegiado observador de nosso cotidiano – isso lhe permitirá ser, mais tarde, um dos raros intelectuais brasileiros que, «*no calor da hora*», ousou defender Antônio Conselheiro contra a histeria nacional que se abateu criminosamente sobre o sonho de Canudos, em nome da ordem e do progresso –, em célebre artigo de 1873 sobre «*o instinto de nacionalidade*» na literatura brasileira, formula com equilíbrio a sua definição nos termos que correspondem à ideologia ilustrada dessa fase:

«Interrogando a vida brasileira e a natureza americana, prosadores e poetas acharão ali farto manancial de inspiração e irão dando fisionomia própria ao pensamento nacional. Esta outra independência não tem Sete de Setembro nem campo de Ipiranga; não se fará num dia, mas pausadamente, para sair mais duradoura; não será obra de uma geração nem duas; muitas trabalharão para ela até perfazê-la de todo. (...) Devo acrescentar que neste ponto manifesta-se às vezes uma opinião, que tenho por errônea: é a que só reconhece espírito nacional nas obras que tratam de assunto local, doutrina que, a ser exata, limitaria muito os cabedais da nossa literatura. (...) e perguntarei mais se o *Hamlet*, o *Otelo*, o *Júlio César*, a *Julieta* e *Romeu* têm alguma coisa com a história inglesa nem com o território

britânico, e se, entretanto, Shakespeare não é, além de um gênio universal, um poeta essencialmente inglês». ²⁶

Obviamente, o vaticínio otimista de Machado de Assis – «muitas [gerações] trabalharão para ela *até perfazê-la de todo*» – não se realizou *de todo*, porém perdura como desafio, que a ruptura *modernista*, intensificada a partir da segunda década do século passado, tomou vigorosamente como bandeira ideológica, que assinala a passagem da imagem de país jovem com sua rica *natureza americana*, da fase anterior, para a pré-consciência de que enfrentava, na república das letras, a condição de um *país subdesenvolvido*. Concepção que se fará consciente e será teorizada decênios mais tarde. Todavia, o modernismo também tem seu momento d'além-mar, pois no dizer emblemático de Paulo Prado (1924), no prefácio de *Pau Brasil*: «Oswald de Andrade, numa viagem a Paris, do alto de um ateliê da Place Clichy – umbigo do mundo – *descobriu, deslumbrado, a sua própria terra*» [o grifo é meu]. Se toda caracterização é contrastiva, é normal que assim tenha ocorrido, sobretudo em se tratando da tradição letrada brasileira. Amigos cordiais e adversários íntimos, Oswald de Andrade e Mário de Andrade desempenham o papel de prógonos, ou antes, de personalidades-síntese do movimento que atualizou a marca nacional num estilo cognitivo e estético.

Que «*as luzes do saber dissipariam as trevas da ignorância*» do nosso atraso, esse constitui um truismo tão banal que só uma fé ingênua como a da ilustração sentia necessidade de repeti-lo como numa litania. Que, porém, isso fosse tomado como premissa para a conclusão segundo a qual essa solução bastaria para assegurar a passagem do atraso ao progresso, só uma ilusão iluminista e idealista poderia aceitá-lo. Ao rejeitar esse velho legado candidamente pedagógico, a vanguarda do novo movimento estético e de ideias via no acesso do país à modernidade o caminho da superação de nossas debilidades. Começava a tomar corpo nova utopia e nova e sofisticada mitologia da brasilidade. Mas o problema reside em: *que entender por modernidade?* Em meu juízo, porém, o marco histórico que institui os inícios da modernidade ocidental acha-se no momento em que os Romanos clássicos inventaram ou adotaram o dedal para que suas mulheres não furassem os dedos com agulhas de

²⁶ *Obra Completa*. Organizada por Afrânio Coutinho. Vol. III: Poesia, Crítica, Crônica e Epistolário. Rio de Janeiro: Aguilar, 1973, p. 801, 803-4.

coser. Que exato momento foi esse, que o estabeleçam ou datem os que possuírem melhores enciclopédias do que disponho. Mas sou forçado a reconhecer que, no plano das criações simbólicas e, em particular, das literárias, isso começou para nós mais claramente um pouco antes e ao redor da Semana de 1922, ano em que muitas outras inovações e mutações também se instituíram.

Em Oswald de Andrade, o sentido da paródia antropofágica reside no fato de comer o *outro* para realizar uma síntese mais forte, mais autêntica, menos dependente: autoafirmação e originalidade pela desconstrução canibálica da colonização europeia. Essa reinvenção da mitologia brásilica por um novo arranjo do imaginário ficcional e poético assumirá outras roupagens, como em Raul Bopp, em Cassiano Ricardo, em Plínio Salgado, e, por mutações sucessivas, será reaproveitada mais recentemente, por exemplo, num Antônio Callado do *Quarup* (1967) - cujo coronel Ibiratinga, em sua retórica guerreira e quiliástica, exige banhos de sangue para construir, com grandeza e dignidade, a nacionalidade brasileira -, ou na antropofagia concreta, mas também simbólica, de um João Ubaldo de *Viva o Povo Brasileiro* (1984), que é, do meu conhecimento, a primeira obra nacional a incorporar radicalmente a presença efetiva do negro no nosso itinerário histórico-cultural, porém em contraponto com o pensamento e a ação de nossas elites acerca desse povinho, sintetizados na retórica do Cônego Visitador para o Barão de Pirapuama e seus hóspedes.

Dom Anselmo começou a andar pela sala, nervoso.

- (...) Aliás Ibiratinga fala da Igreja em tom respeitoso mas duro. “É preciso que a Igreja não perca o seu caráter sagrado. Ela não deve dar explicações, bater boca com o comunismo. São Jorge não discutia com o dragão. Comunismo se extermina, como o exterminaram os espanhóis”. (...) ele ainda me disse: “Cuidado, D. Anselmo, o Partido Comunista está tentando se apresentar ao povo como a Igreja sem o outro mundo”. (...) Preciso de argumentos contra Ibiratinga. Eu sei que esse cacete volta a me procurar. Jesus! Quando ele fala parece que os russos já andam pelos telhados do Mosteiro. [p. 40-42]

(.....)

Agora era o Coronel Ibiratinga. Numa sala ampla, muito melhor que a do Major Clemente. (...) O coronel ofereceu cigarros.

- Obrigado, disse Nando, não fumo. (...)

O soldado desapareceu, deixando os dois homens frente a frente. (...)

- A alma doente do Brasil, disse o Coronel Ibiratinga, tinha chegado em março de 1964 ao fundo de sua própria corrupção. (...) Há mais de dez anos, na Escola Superior de Guerra, eu apresentei minha tese sobre os *Verdadeiros Entraves ao Desenvolvimento do Brasil*. Caiu até hoje em ouvidos moucos. (...) Seu próprio Superior, D. Anselmo, se tivesse me ouvido, talvez estivesse vivo ainda hoje. (...) o que eu quis dizer é que me cansei de alertar D. Anselmo contra o demônio. Porque eu tenho uma tese sobre o Brasil, a mais séria que já se propôs sobre o Brasil. E a estou agora desenvolvendo em livro, depois de havê-la exposto aos pedaços – mas pedaços vivos e sangrentos – à Escola Superior de Guerra, ao próprio D. Anselmo, a todos que me pareciam dignos de ouvi-la. (...) Falta uma cinza de virtude em nossos campos, é o título do capítulo inicial do meu tratado. Nunca tivemos esse adubo. Nunca queimamos hereges e infiéis, nunca matamos aqueles que insultam as coisas sagradas. No fim do primeiro século tivemos a grande oportunidade de criar na alma do Brasil o arcabouço de ferro da alma dos grandes países. O senhor deve conhecer bastante bem a história das duas visitas que fez o Santo Ofício ao Brasil, entre 1591 e 1595. (...) Há um fato, disse Ibiratinga, um fato importante. No Brasil nunca se queimou um só herege! (...) Criava-se então, ao contrário do travejamento férreo da alma nacional, o imperativo categórico kantiano às avessas, que em linguagem chula se intitula o Jeitinho Brasileiro. Não quisemos saber de queimar ninguém e por outro lado exportamos aquela cinza de virtude para os campos lusos.

- Mas sua tese é de que os grandes países do mundo de hoje são os países que naquele tempo foram mais inquisitoriais? A Espanha, por exemplo?

O Coronel Ibiratinga sorriu com superioridade.

- Eu esperava esse argumento. Ele vem sempre. Acontece, porém, que é falso. A Inquisição leva a fama, devido ao aparato litúrgico com que combatia o demônio, mas os países do Norte da Europa, a partir da Escócia, queimaram muito mais bruxas e feiticeiras do que a Inquisição. Eu tenho as cifras. (...)

- Coronel, disse Nando, aquele seu porão me dá vergonha de ser brasileiro.

- Vergonha eu só tenho de precisar fazer o que faço num porão. Eu faria o mesmo em salas de vidro, para que todos vissem da rua, ao passar, que este país defende sua herança cristã. (...) Tenho de arrancar a verdade dos pobres-diabos que o senhor viu no porão. É como quebrar espelhos, em lugar de quebrar a cara que se reflete neles.

(...) Eu vou lhe dizer uma coisa, senhor Nando, que hoje talvez lhe pareça ridícula. O senhor sabe que eu comungo todos os dias? Sabe que hoje já comunguei? [p. 369-382]

Antônio CALLADO

Quarup, 9ª ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1978.

Armação do Bom Jesus, 11 de junho de 1827.

(...)

- Ora, Senhor Barão, pode falar, sei o que quer dizer. (...)

- Pois então! Mas onde está a autoridade do governo, onde está o discernimento do bem geral, que não se pode nem falar em meter essa gentalha ociosa a trabalhar forçada nas obras públicas e em tantas outras onde teria serventia, sem que se levantes esses que julgam poder fazer prosperar um Império com luvas de pelica e obras de caridade? Hoje o que se vê é que paga mais a pena ser vadio e sem ocupação que indivíduo prestante, e ainda lá dizem mal, sem nada conhecerem do que se passa, dos homens como eu, que no ostracismo carregam a Nação às costas! Que fariam sem produção? Viveriam de almoçar discursos e beber as lágrimas que derramam pelos desocupados e inúteis? (...) Sou sincero com Vossa Reverendíssima quando digo que, como brasileiro, patriota e temente a Deus, não posso deixar de abrigar esperanças, embora não as justifique senão pela fé. De resto, Monsenhor, temo, temo, temo pelo futuro do Brasil!

O cônego fez o bico costumeiro, balançou a cabeça aprovando tudo aquilo, suspirou como quem já desesperou de tentar fazer ouvir a razão. Comentou distraidamente a solução encontrada pela América do Norte, país pouco civilizado mas de gente decidida e de caráter, para limpar-se de seus pretos e mestiços libertos – pois lá não se faz como aqui, onde se permite aos pardos e cafusos a vida em comum com a gente branca até como se brancos fossem -, solução esta que consistiu em estabelecer para eles seu próprio Estado em algum lugar da Costa da Pimenta, para as bandas da Guiné, no qual podem continuar seu viver de animais sem a ninguém incomodar. Nisto, aliás, seguiram os americanos o exemplo de seus ancestrais ingleses, que desde muito já haviam feito o mesmo na Serra Leoa – acrescentou, suspirando mais uma vez e vaticinando o brilhante futuro da América do Norte, se comparado ao do Brasil, embora não se saiba se são adiantados os de fala inglesa por praticarem tais idéias ou se praticam tais idéias por serem adiantados, uma coisa, afinal, não se

podendo, em última análise, distinguir da outra. *Parvis componere magna?* – indagou dando de ombros (...)

- Espero que me desculpem, mas talvez me compreendam melhor se partilharmos algumas reflexões, reflexões estas, tenho certeza, que já ocuparam, ou permanentemente ocupam, o pensamento dos presentes. Não podem elas deixar de ocorrer, é forçoso que ocorram, é imperioso que ocorram, é inevitável que ocorram, é inelutável que ocorram, ao espírito civilizado aqui perplexo pelo muito de inusitado que a experiência europeia encontra no Novo Mundo. (...) Os mestiços são muito entusiasmáveis, não se lhes pode negar esta nem outras qualidades, que muitas vezes se sobrepõem à preguiça que lhes marca a reputação. Na verdade, sustento que a mestiçagem é uma real alavanca do progresso desta terra, pois que o espírito do europeu dificilmente suporta as contorções necessárias para o entendimento de circunstâncias tão fora da experiência e vocação humanas. Eis que o Brasil não pode ser um povo em si mesmo, de maneira que as forças civilizadoras hão de exercer-se através de uma classe, no caso os mestiços, que combine a rudeza dos negros com algo da inteligência do branco. As classes sociais das cidades gregas oferecem preciosas lições, a serem aproveitadas dentro das exigências modernas. Somente o ócio, o *otium cum dignitate*, permitiu o florescer do pensamento grego, pois do resto cuidavam os escravos. Mas eram escravos de raças letradas e inteligentes, brancos da Ásia Menor, às vezes gregos mesmo. As circunstâncias eram diversas, bem diversas. Os desafios que se abrem para nós são formidáveis, são imensos, são incomensuráveis, são inauditos. E com que contamos, como elemento servil? Com os negros, com a raça mais atrasada sobre a face da Terra, os descendentes degenerados das linhagens camíticas, cuja selvageria nem mesmo a mão invencível da Cristandade conseguiu ainda abater ou sequer mitigar. De certa maneira, nisto se vê o dedo da Providência, embora a princípio não o se perceba. É que a selvageria da terra só pode ser enfrentada pela igual selvageria dos negros – e nisto são eles insuplantáveis, pois que vêm de terra ainda mais hostil que esta, ainda mais eivada de perigos, sezões e animais nocivos. Se não temos escravos inteligentes, a quem possamos confiar até mesmo a formação dos jovens, como faziam os helenos, temos em compensação escravos rudos, capazes de enfrentar, sob boa, tenaz e dura direção, os trabalhos ensejados por nossos cultivadores e por nossas fábricas. Isto nos deixa somente a questão de quem irá ocupar-se da capatazia imediata dos escravos, quem cuidará dos assuntos intermediários, daqueles assuntos que, se não requerem inteligência superior – antes pelo contrário, estiolam

essa inteligência pela mesmice, pela falta de invenção e pela ausência do sublime e do transcendental, galardão do verdadeiro pensamento e do espírito superior -, também não podem ser assimilados pela estupidez dos negros. Eis aí onde se encaixa como uma luva o contingente de mestiços na perfeita organização social, a única que poderá conferir a este país uma *élite*, como dizem os franceses, uma nata, uma aristocracia capaz de, como a grega, produzir e fazer medrar uma cultura de escol. Não vejo nem mesmo, e nisto também se sublinha o que pode ser nossa fortuna, nossa única boa fortuna, a necessidade de leis que refreiem a mestiçagem, pois, à medida que se solidifique, se enraíze, nutra suas tradições, fortaleça suas estirpes nossa aristocracia de fundamentos espirituais europeus, na pureza da raça, de temperamento e de apego aos valores mais altos, as próprias forças sociais se encarregarão de prevenir tal ocorrência. A natural repulsa do civilizado ao contacto com o negro ou o mestiço, os bons instintos cultivados, com espontaneidade e sem cuidados maiores do que governos cientes de suas responsabilidades históricas, porão as coisas a acontecer como é de sua tendência normal, ditada pelos impulsos corretos da História. É assim que vejo o papel dos mestiços, importante, importantíssimo papel...

- Sim! Falava que não sou jesuíta, pois tem a *Societas Jesu* a reputação de agir assim: a uma pergunta, disparam-nos outra. Conhecem-se por essa prática, freqüentemente enervante, os egressos de seus liceus e colégios. Mas eu ia fazer a mesma coisa que eles, pois, afinal, não são estultos os jesuítas, nem serei eu como os estultos de Horácio que, para evitar um vício, *vitia in contraria currunt*, caem no vício oposto. Não. Se a perseguição assídua desse vício dialético o torna cansativo, quiçá odioso, seu emprego ocasional não deixa de ter algum encanto e utilidade. Sim, a pergunta que vos fazia no fundo tem a ver com o que acabo de falar. Pois perguntar-vos-ia simplesmente: que faz o Senhor Barão aqui? Que faz ele? Qual a sua missão? Pois eu mesmo, *data venia*, respondo-vos. O que faz ele aqui é lutar contra sua inclinação natural de homem superior e forçar, premido pelas carências deste país, contra as acabrunhantes dificuldades do meio e das condições existentes. Vedes como nos trata, com que fidalguia, com que fineza, com que delicadeza. E aqui, neste breve hiato, sob esta sombra amena, *sub tegmine fagi*, dir-se-ia mesmo que estamos num bosque d'Áustria. Mas não estamos. Sabe o Senhor Barão, por muitos títulos herói e maior herói ainda quando se pensa na contínua guerra que aqui peleja, que não estamos. Vereis que ainda há mais razões que as expostas para que a organização nacional se faça dentro dos moldes que descrevi, pelos motivos que

descrevi. Falei em bosques. Haverá bosques aqui? Ou tão doce palavra não passa de reminiscência avoenga que perdura em nossos corações, pois não foi feita a nossa raça para aqui habitar, estando aqui apenas como num penhor de sacrifício à Cristandade e à civilização, como missionários, verdadeiros missionários, que somos? É preciso que a Cristandade e a civilização venham para aqui, somos os seus sustentáculos, a sua linha de frente, os seus soldados mais martirizados. Mas isto não significa que nos deixemos corromper pelo meio enfraquecedor, debilitante, degenerescente e isolado em que somos forçados a viver... Perguntava eu: é isto aqui um bosque? Não é um bosque... nem pode haver paz bucólica entre bichos venenosos, cobras, plantas que causam todos os males, chuvas desmesuradas, calores insofríveis, insalubridade perpétua, em clima cuja umidade de tal forma sustenta os vapores e pneumas que transportam as pestes, sendo de admirar-se que haja tão poucas delas. Não temos estações, chove ou não chove. Não temos frutas – e sei como se esforça o Senhor Barão, este varão eminentíssimo, para implantar aqui novos cultivares, mas simplesmente as boas árvores frutíferas cá não vingam... Onde estão as cerejas do outono, os pêssegos perfumados, a salubérrima maçã, as delicadas peras, as suavíssimas ameixas? Onde está a alegria luminosa da primavera, a sucessão das sações ano a ano, lembrando sempre ao homem a mão do Criador e inspirando-o a novas conquistas? Onde estão as vinhas e os parreirais, os inspirados espíritos de vinho que delas derivam seus princípios inefáveis? Não, senhores, é o que vos digo e o que bem sabeis: ou nos conservamos em moldes aristocráticos e organizados da forma que já tive oportunidade de descrever, ou fatalmente seremos os governantes de um povo fraco, nós mesmos contaminados por tudo aquilo que devemos abominar. (...) eis que o meditar sobre nossa condição se torna cada vez mais imperativo. Que vimos na capela dos escravos, onde generosamente permitiu o Senhor Barão que trabalhassem libertos e mestiços em artes que não têm aptidão para abraçar, pois que são próprias da civilização superior – a arte tem cãs, como dizia o grande mestre da parenética? Vimos muitas coisas, todas as quais corroboram o que digo. Vimos visões e milagres pintados contra todas as boas regras da composição artística. Em tudo e mais tudo, credências, castiçais, serafins, cimalthas, palmas, tocheiros, a talha miúda, em tudo e tudo, lá está o toque grosseiro da mão inculta e sem educação. Vimos santos mulatos! Representações ofensivas de doutores da Igreja assemelhados em aparência a uma gente que se expressa por batuques e grunhidos, incapaz de assimilar um instrumento tão nobre e perfeito como a língua portuguesa, a qual

fazem decair assombrosamente a cada dia que passa, a ponto de doerem os ouvidos e sofrer a mente diante de sua algaravia néscia e primitiva! (...) A língua, aviltam-na e degradam-na. A moral – sabemos bem disto e como sabemos! – empalideceria o próprio Inimigo ao conhecer tudo o que fazem e praticam eles, a quem hoje chamamos de povo e a quem ainda por cima chamamos de povo brasileiro, como se fosse possível a atenienses chamar hilotas e escravos de atenienses, como se o espírito da Ática viesse pelo ar e pela convivência, em lugar da nascença, da estirpe e da boa formação racial e pedagógica. (...) os próprios mosteiros e irmandades se transformaram, pela influência corrutora do meio, em verdadeiros poços de iniquidade e crimes, tanto assim é que, depois de pilharem dezenas e mais dezenas de frades a contrabandear ouro e pedrarias, os funcionários do Reino tiveram de proibir que se estabelecessem essas ordens na região das Minas. (...) a que ponto a falta de vontade nacional, o comando não fundado em bases filosóficas profundas como as que aqui tangenciei, pode estar levando este país sobre o qual temos responsabilidade, somos os únicos que têm essa responsabilidade, os que têm a portar a maior carga sobre as espáduas, pois nos espreita e vigia a História, pode estar levando este país, dizia eu, a tornar-se exemplo tão hediondo da degradação da civilização, da cultura e do espírito humano, que talvez nem mesmo a infinita misericórdia divina encontre razões para absolver-nos por nossa incúria e, em muitos casos, até mesmo grossa cobardia? (...) Se desde o início nunca fomos capazes de manter corporações formadas na boa hierarquia do trabalho – sim, porque estamos em país no qual o companheiro é mestre e o aprendiz é oficial! – a cada dia se vê que a ordem e a tradição são violadas, com conseqüências que, Deus nos ajude, podem ser tão horripilantes que nos custa estimá-las. Há uma corporação a assinar a autoria das peças da capela? Não. Há os nomes dos pretos e mestiços que as trabalharam? *Qui pinxit?* Deixai que ria! *Pinxit* um Bonfim qualquer, um Conceição qualquer, um Anunciação qualquer, um do Amor Divino qualquer! Ora, a autoria individual é para a grande arte, não para esse simulacro grotesco que hoje se espalha por toda a Nação, cujos dirigentes precisam enxegar que ou tomamos as rédeas agora, neste instante, ou jamais as tomaremos! Mas não, acontecem essas coisas, vem para cá uma tal Missão Francesa a divulgar impropriamente as belas-artes, como se aqui tivéssemos um povo igual ao francês e não uma súcia de frascalhos, pirangueiros, servos rudíssimos, um povo feiíssimo, malcheiroso, mal-educado, ruidoso, estólide, preguiçoso, indolente e mentiroso, como sabeis muito bem todos... Cruzaremos os braços? Assistiremos a tudo sob um pálio mortal de indiferença? Continuaremos a tratar o nosso elemento

servil melhor do que tratam o elemento servil nos países civilizados? Permitiremos que a educação se faça da mesma forma para todas as classes, assim perpetuando e agravando a degradação já tão tristemente exibida em toda parte? Pérolas aos porcos? Pergunto-vos: pérolas aos porcos? A verdadeira educação leva em conta a necessária distinção entre as diversas classes de homens. Os maiores danos estão a germinar agora, para mais tarde eclodir. Onde está o Grão-Capataz indispensável para organizar o elemento servil e o elemento intermediário, deixando assim à aristocracia nacional a tarefa de erguer aqui uma verdadeira cultura, uma verdadeira civilização? Onde vemos o traçado dos destinos nacionais? O nosso fardo é pesado, nossa senda é madrastra, mais do que nunca *ad augusta per angusta!* É esta a arte e essência de nossa política, da política que só podemos perder de vista à custa da nossa própria sobrevivência e de tudo o que prezamos, amamos e representamos. A arte da política nada mais é do que isto: é a arte da conservação do bom e da extirpação do mau. Sopesai minhas palavras, senhores. Não podemos deixar de esvurmar as feridas, por mais que nos seja doloroso. Tenho, apesar de tudo, fé e confiança no futuro, pois que, louvado seja Deus, homens como o Senhor Barão ainda adornam nossa vida pública, nosso comércio, nossa indústria e nosso governo, e eles não permitirão, não deixarão, não consentirão, não admitirão que o sol da verdade seja obumbrado pela nuvem atra da ignorância e da inconsciência!

João Ubaldo RIBEIRO

Viva o Povo Brasileiro, 2ª ed. Rio: Nova Fronteira, 1984 [p. 100-126].

Como em Alencar, havia em Mário de Andrade a mesma vontade de recensear o repertório de dados que comporia uma panorâmica do homem brasileiro e da cultura nacional, porém com a diferença de que, no primeiro, o trabalho analítico, o estudo da realidade básica termina por exprimir-se numa obra mais de ficção, enquanto, no segundo, numa obra multiforme, seus estudos acerca de nossa produção artística, musical, literária e folclórica, assim como sua atuação e militância político-cultural ocupam espaço maior do que sua criação poética e ficcional, posto que a presença e o peso histórico do seu *Macunaima* equilibrem a balança do seu desempenho. Na verdade, no conjunto dos modernismos, situado a meio caminho entre o ensaio e a ficção, este livro constitui o esforço mais bem-sucedido para realizar a “descoberta” e a invenção do

Brasil, num deliberado mosaico, fiel à realidade que configura em seus simbolismos rapsódicos.

Com o tempo, as vanguardas modernistas, tanto em sua vertente de esquerda quanto de direita, passaram da estética da ruptura para a técnica e a rotina, o ritual e a cerimônia; numa palavra, a tradição da analogia que tende a desembocar no culto restaurador da memória e do patrimônio, garante da cultura letrada pela gestação de modelos que inovam incorporando a gênese e perpetuando as posições de poder. Essa tradição da ruptura, que se metamorfoseia e se institucionaliza, nos vem pelo menos do projeto romântico, no imediato seguimento aos inícios da formação de um Estado nacional. Até hoje, um processo hesitante, apoiado num solo social que se caracteriza por diferenciações assustadoras, por regimes políticos que assentam em dissonâncias gritantes; processo que se exprime em formas mentais que não conseguem ou não pretendem incorporar suas entranhas.

Enfim, no domínio da literatura doutrinária, o prenúncio euclydiano (1902) antecipa este período da grande proliferação dos «retratos do Brasil» e dos seus célebres interpretadores. Num primeiro momento, estes ainda realizam a “descoberta” do Brasil com olhos, corações e mentes europeus, disputando a primazia de alguma das ideologias colonialistas e reforçando o sentimento comparativo de inferioridade. Todavia, novos arsenais teóricos aos poucos foram alterando e ampliando os quadros analíticos. Como quer que seja, mesmo renovando sua plumagem conceitual, o antigo debate sobre a “cultura brasileira” e o “caráter nacional”, qual fênix, ressurge sempre de suas cinzas sem vislumbre de solução plausível. Sempre a mesma busca entre oposições dicotômicas: os males do presente e as esperanças do futuro, o Brasil real e o legal, o Brasil aparente e o Brasil profundo, o litoral e o sertão, o Norte e o Sul, o Brasil arcaico e o moderno, a consciência ingênua e a consciência crítica, o autêntico e o espúrio etc. Na sua inconsistência, essa espécie de psitacismo ou de maniqueísmo intelectual, a despeito de algumas tentativas de síntese, tenta dar conta de nossa aporia ôntica, cultivando-a sem enfrentá-la.

* * *

Como desvendar o enigma ‘Brasil’? Que somos nós realmente ou que nos tornaremos? Onde acharemos o caminho de uma justa constru-

ção nacional? Estas e outras questões do gênero só encontrarão alguma resposta no modo como for realizada a gestão do presente e do futuro imediato. Mas, – a burla, o lapso, o simulacro, o pastiche, a fraude ou a tragédia? – não sabemos verdadeiramente que nos reserva o esforço para abrir essa nossa «boceta de Pandora», como dizia Machado de Assis... Afirmava o arguto criador de *The Innocence of Father Brown* (1911) que, quando desejava saber das novidades sobre o mundo contemporâneo, consultava o *Apocalipse* de João. Eu não iria tão longe na ironia amarga, mas para concluir, e já que falamos de um devaneio ou utopia, evocaria como insígnia do meu argumento a epígrafe extraída da *Eneida* com que Freud inicia o seu *A Interpretação dos Sonhos* (1899):

«Flectere si nequeo superos, acheronta movebo»²⁷

Fortaleza, 6 de novembro de 1991-19 de novembro de 2009.

²⁷ Traduzo livremente: «Se não posso conciliar os deuses celestiais, moverei os infernais.»